

# Parlamentares no Twitter: construção de identidade política pelas presidentas de comissões permanentes da Câmara dos Deputados<sup>1</sup>

Congresswomen in Twitter: the construction of political identity by the chairs of permanent committees of the Brazilian Chamber of Deputies

**Cristiane Brum Bernardes**

CEFOR/Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Brasil

## RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar de forma qualitativa as estratégias discursivas de comunicação política adotadas no Twitter pelas presidentas de sete comissões permanentes da Câmara dos Deputados brasileira em 2021. A partir de uma reflexão etnográfica e discursiva das postagens das deputadas na plataforma, avaliam-se os processos de construção de identidade política priorizados por elas, especialmente quando em contato com os cidadãos e demais atores políticos. Entre os resultados, percebem-se várias possibilidades de manejo da imagem pública e de construção da identidade política, tendo em vista que a representação política pode ser descritiva, substantiva ou simbólica. Foco de ação regionalizado, adoção de perspectiva temática e posicionamento ideológico intenso em relação ao Executivo nacional são algumas das diferentes estratégias mobilizadas pelas parlamentares.

**Palavras-chave:** Antropologia dos parlamentos, Gênero na política, Uso político do Twitter, Etnografia digital, Poder Legislativo.

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte de uma reflexão sobre o papel das deputadas federais como representantes de minorias políticas, inserindo-se na pesquisa “Ethnographies of parliaments, politicians and people”, coordenada por Emma Crewe, tendo recebido financiamento do programa de pesquisa e inovação *European Union’s Horizon 2020*, do *European Research Council* (Acordo nº 8349986). Uma versão anterior foi apresentada no Congresso de 2021 da *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences* (IUAES). Agradecemos aos pareceristas anônimos pelas sugestões e comentários, que incorporamos nesta versão. Quaisquer equívocos são de responsabilidade exclusiva da autora.

Recebido em 30 de setembro de 2022.

Avaliador A: 05 de dezembro de 2022.

Avaliador B: 12 de dezembro de 2022.

Aceito em 22 de março de 2022.



## ABSTRACT

The goal of the paper is analyze qualitatively the discursive strategies of political communication adopted by the chair of seven permanent committees of the Brazilian Chamber of Deputies in 2021 in Twitter. Based on an ethnographic and discursive analysis of the posts of the members on the platform, the processes of construction of political identity prioritized by them are evaluated, especially when in contact with citizens and other political actors. As results, different possibilities of public image management and construction of political identity are perceived, considering that political representation can be descriptive, substantive or symbolic. Actions focused on regionalization, adoption of thematic perspective and intense ideological positioning in relation to the national government are some of the different strategies mobilized by the congresswomen.

**Keywords:** Anthropology of parliaments, Gender in politics, Political use of Twitter, Digital ethnography, Legislatures.

## INTRODUÇÃO

A eleição de sete mulheres para presidências dos colegiados permanentes da Câmara dos Deputados – de um total de 25 comissões – em 2021, algo inédito na história da instituição legislativa brasileira<sup>2</sup>, mostrou a relevância que a observação do foco discursivo adotado em mandatos de deputadas com perfis tão diversos poderia trazer para a análise da construção das identidades políticas de mulheres eleitas para o Parlamento brasileiro. Ocupantes de postos que detêm poder de agenda dentro da estrutura legislativa, as presidentas das comissões compõem um grupo seletivo na Câmara, cuja análise é ainda mais interessante por sua diversidade ideológica e partidária.

Essa presença quantitativamente expressiva, pela primeira vez, de mulheres no comando do espaço de poder institucional das comissões precisa ser lida dentro de um contexto de polarização ideológica extrema que mobiliza o discurso de gênero, especialmente desde a eleição de 2018, no caso brasileiro, mas também por políticos de viés conservador em todo o mundo (SARMENTO *et al.*, 2021). Não é possível, nos limites desta análise, avaliar o quanto a própria percepção da polarização se deve a “conflitos de representações” (SILVA; SILVA, 2022, p. 20) que perpassam as estratégias discursivas dos atores políticos no meio digital, ainda que se perceba a concomitância desse processo à disseminação das mídias sociais. De toda forma, observa-se que um dos pilares do neoconservadorismo é a ideia de que a família nuclear – e

---

<sup>2</sup> Para se ter uma ideia do quão expressivo é o número, de 2003 a 2015 as mulheres ocuparam a presidência de comissões permanentes da Câmara apenas 22 vezes (BUSANELLO, 2016, p. 67).

não o Estado – é a solução para as disfunções sociais (LACERDA, 2019, p. 18). Isso implica a centralidade das pautas morais, tão acentuada quanto a dos argumentos econômicos para essa ideologia, o que aumenta a importância dos discursos sociais sobre o gênero dentro do campo político. Além disso, a ampliação da participação das mulheres nos quadros conservadores também se traduz como uma estratégia para conquistar votos femininos para partidos tradicionalmente acusados de não cumprir as cotas eleitorais.

A partir, portanto, de uma reflexão sobre as estratégias comunicativas mobilizadas pelas deputadas ao longo de 2021 e de uma análise discursiva de suas publicações e seus perfis, o objetivo deste artigo é avaliar como elas realizaram os processos de construção de identidade política, especialmente quando em contato com os cidadãos e demais atores políticos. Nesse contexto, as tradições de estudos da antropologia do parlamento (ABÉLÈS, 2006; CREWE, 2014, 2021; CREWE; SARRA, 2019; RAI; SPARY, 2019; TEIXEIRA, 1999, 2004; TEIXEIRA *et al.*, 2016; WEATHERFORD, 1981) e da etnografia digital (HINE, 2005; PINK *et al.*, 2015; POSTILL; PINK, 2012) servem de ponto de partida para mostrar novos lugares e possibilidades da prática política institucional contemporânea.

É importante lembrar que o Brasil tem uma tradição bem estabelecida de Etnografia Política<sup>3</sup>, mas ainda são poucos os estudos etnográficos que tematizam a relação comunicativa entre os parlamentares federais e seus eleitores. Algumas etnografias dos veículos institucionais da mídia legislativa (BERNARDES, 2010; NUNEZ, 2020) detalham como a instituição parlamentar realiza sua comunicação com os cidadãos a partir de critérios jornalísticos e informativos e como suas estruturas de comunicação propiciam o contato entre políticos e eleitores. A relação direta entre deputados e eleitores por meio das mídias sociais ainda precisa de novas análises, porém.

Além de uma discussão sobre o teor da democracia representativa contemporânea, percebida como uma relação circular entre representantes e representados (SAWARD, 2006; URBINATI, 2006, 2013), esta análise tematiza como subjetividades políticas específicas são construídas em um ambiente comunicativo de hiperconexão e mobilidade, permeado pelas plataformas digitais, para conectar representantes políticos e representados. O enfoque, portanto, está na dimensão simbólica da representação (LESTON-BANDEIRA, 2016; RAI; SPARY, 2019; VERGÈ, 2022) assentada no discurso político, que aponta a questão de gênero como um dos eixos de poder e um dos pontos nevrálgicos no contexto institucional da política.

---

3 Cito, a título de exemplo, os estudos sobre as eleições (HEREDIA *et al.*, 2002; PALMEIRA; BARREIRA, 2004; PALMEIRA; GOLDMAN, 1996), sobre a relação entre representantes locais e eleitores (KUSCHNIR, 1993, 2000, 2004; LOPEZ, 2004), sobre valores internos dos Legislativos locais (PINTO, 2013), valores morais dos políticos e seus discursos dentro do Congresso (TEIXEIRA, 2004; DUARTE, 2011) e sobre valores democráticos dos cidadãos que visitam o prédio do Congresso (BARROS, 2015).

Os rituais cotidianos de poder – dos quais fazem parte contemporaneamente as postagens em mídias sociais – e as estratégias para sua construção discursiva são pontos de partida para a reflexão.

Analiso, então, as estratégias discursivas de comunicação política adotadas pelas presidentas das comissões de: 1) Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; 2) Constituição e Justiça e de Cidadania; 3) Educação; 4) Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 5) Cultura; 6) Defesa dos Direitos da Mulher; e 7) Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência<sup>4</sup> da Câmara dos Deputados brasileira. O foco da análise é o Twitter, mas, adicionalmente, pronunciamentos em diferentes instâncias públicas também foram considerados, especialmente em outras plataformas, como o Facebook. Apesar do período de análise focar os primeiros seis meses do mandato (fevereiro a julho de 2021) das deputadas à frente dos colegiados, foram aproveitados dados coletados de forma etnográfica e qualitativa desde 2020, de modo a constituir um painel das estratégias das parlamentares selecionadas.

As duas perguntas principais desta análise são: a) como as deputadas se engajam e se comunicam com cidadãos num ambiente social de digitalização da atividade política e excesso de informação? e b) como as identidades políticas das minorias são produzidas e performadas pelas representantes dentro de uma instituição genderificada como o parlamento (ERIKSON; VERGÈ, 2022; RAI; SPARY, 2019)?

Para respondê-las, o próximo item detalha a metodologia utilizada no estudo. Na sequência, apresento uma breve discussão sobre a dimensão simbólica da representação e discuto a importância das comissões permanentes na estrutura do Legislativo. Depois de analisar as estratégias comunicativas das deputadas federais, reflito sobre os resultados a partir do panorama teórico.

## PRODUÇÃO DE SENTIDO NAS MÍDIAS SOCIAIS

Antes de apresentar os dados, é necessário lembrar que a perspectiva metodológica adotada neste artigo é influenciada por estudos anteriores de antropologia do parlamento. Infelizmente não há espaço para detalhar os aportes epistemológicos dessa tradição, mas boa parte desses estudos trata da dimensão discursiva e simbólica da política, ancorada nos

---

<sup>4</sup> Respectivamente, as seguintes parlamentares e perfis foram analisados: Aline Sleutjes (@AlineSleutjes), Bia Kicis (@Biakicis), Professora Dorinha Seabra (@profdorinha), Carla Zambelli (@CarlaZambelli38), Alice Portugal (@Alice\_Portugal), Elcione Barbalho (@elcionepdb) e Rejane Dias (@rejane\_dias). Detalhes na Tabela 1.

rituais e nas simbologias específicas do espaço parlamentar. Seja nas análises dos processos éticos sofridos por deputados dentro do Congresso Nacional brasileiro (TEIXEIRA, 1999), na avaliação da performance das mulheres dentro do Parlamento indiano (RAI; SPARY, 2019), na análise do papel dos presidentes das comissões parlamentares (CREWE; SARRA, 2019), ou no estudo detalhado dos discursos e práticas cotidianas dos parlamentares britânicos (CREWE, 2021), as pesquisas mostram como a interação dentro dos parlamentos é mediada por circunstâncias comunicativas, pessoais e idiossincráticas, somadas à lógica burocrática de corporação, que inclui atores políticos e servidores em um complexo ecossistema de relações de poder. Esse ponto será abordado adiante, na discussão sobre a relevância da presidência das comissões para a construção dos mandatos parlamentares.

Uma segunda tradição sobre a qual me apoio é a da etnografia digital, com uma série de estudos sobre práticas culturais e políticas que os atores sociais realizam em ambientes digitais (FERRAZ, 2019; HINE, 2005; PINK *et al.*, 2015; POSTILL; PINK, 2012). Em boa parte dessas pesquisas, as questões da sociabilidade contemporânea e das práticas sociais que os cidadãos realizam nesses espaços são analisadas em profundidade, por meio de observações participantes e etnografias. Em comum, fato de que tais espaços constituem, na visão dos pesquisadores, um campo de pesquisa específico, pois a própria internet já é considerada um contexto cultural (HINE, 2005). Ferraz pontua que a antropologia precisa analisar a internet como campo de relações sociais e culturais, para que possamos “perceber os significados entre os elos hibridizados que existem entre os humanos e as tecnologias” (FERRAZ, 2019, p. 53). Isso significa, conforme ressalta a autora, perceber que as esferas presencial e digital estão profundamente mescladas na sociabilidade humana contemporânea, processo ampliado pelas mídias digitais.

O material empírico deste estudo diz respeito à observação das postagens feitas pelas presidentas das comissões em seus perfis no Twitter, contextualizadas por pronunciamentos e discursos realizados em diferentes instâncias institucionais e midiáticas, informações documentais coletadas no portal da Câmara dos Deputados e nos *websites* mantidos pelas parlamentares, além da observação etnográfica digital das atividades legislativas dentro da Câmara dos Deputados ao longo de dois anos (2020-2021)<sup>5</sup>. O acompanhamento quase diário das publicações feito no período foi complementado com uma análise discursiva das postagens, apresentada em um item à parte.

Ao mencionar a “observação etnográfica” do processo político, refiro-me a uma tradição

---

<sup>5</sup> Por conta da pandemia de covid-19, as atividades legislativas do Congresso Nacional brasileiro foram realizadas em formato híbrido, com acesso digital à maioria das reuniões e votações, de março de 2020 até outubro 2021. Nesse período, servidores e visitantes não puderam acessar fisicamente as instalações da Câmara, o que levou ao acompanhamento digital das atividades.

de pesquisa que focaliza as relações estabelecidas entre os atores sociais – políticos eleitos, no caso deste trabalho – a partir da produção de sentido que suas práticas engendram. Isso requer um processo de engajamento mais longo com um grupo de pessoas para “descobrir como elas agem, pensam, falam e se relacionam umas com as outras, e então escrever sobre elas” (CREWE, 2018, p. 16). Para Peirano (2014, p. 385), uma boa etnografia precisa “ultrapassar o senso comum quanto aos usos da linguagem”. Assim, a observação da atuação política das parlamentares nas mídias sociais precisa da contextualização de seus discursos no panorama das disputas políticas no Congresso, especialmente os conflitos entre a base do governo e a oposição, tendo a análise de discurso como estratégia complementar. O conhecimento prévio sobre a lógica de funcionamento dos gabinetes parlamentares e do gerenciamento dos mandatos digitais, a partir da minha atividade profissional como servidora da Câmara dos Deputados, permitiu uma coleta mais ágil dos dados.

Concordo com Jordaan que uma das vantagens da etnografia é possibilitar a observação daquilo que os atores sociais efetivamente fazem, não apenas o que dizem que fazem (JORDAAN, 2020, p. 3). O contato prolongado e relativamente próximo com os sujeitos da pesquisa permite “descobrir como uma determinada rede de significações está organizada” (GODOY, 2010, p. 125). No caso desta pesquisa, é quase impossível não fazer uso de minhas próprias concepções de poder e política, visto que estudo a minha própria comunidade política. Sem reivindicar nenhum tipo de neutralidade na tarefa, creio que a percepção institucional interna que trago ajuda na análise dos resultados, em especial porque as parlamentares estudadas foram escolhidas exatamente por sua relevância institucional.

O cotejamento da observação da prática política cotidiana nos espaços institucionais com a análise do material coletado nas mídias sociais tornou o “processo de estranhamento do familiar” (VELHO, 1981, p. 131) e sua confrontação intelectual e emocional possíveis, dentro dos limites de uma observação etnográfica realizada de forma digital, muito por conta do período de isolamento social durante a pandemia.

Depois desse esclarecimento metodológico, é preciso lembrar que as parlamentares utilizam de forma cotidiana Facebook, Instagram, YouTube, Twitter e TikTok, recorrendo ao WhatsApp, ao Telegram e ao LinkedIn na comunicação com os cidadãos, dentro do fenômeno conhecido como “mandatos digitais” (BARROS *et al.*, 2021a, 2021b). É comum que conteúdos disseminados em uma plataforma alcancem as demais, em uma espécie de retroalimentação admitida também por suas assessorias. As estratégias podem ser diferenciadas em cada plataforma, de acordo com os públicos a que se destinam ou as relações que a parlamentar quer enfatizar a cada situação.

A escolha pelo Twitter, contudo, é balizada por estudos que revelam a plataforma como o local onde circula o conteúdo político “de fato”, não apenas o conteúdo de caráter mais



peçoal e personalizado comum nas demais mídias sociais, sendo o ambiente de escolha dos políticos (LEIDIG; BAYARRI, 2022; VAN VLIET; TÖRNBERG; UITERMARK, 2020). Segundo Rossetto (2018), a rede é usada para comunicação com os prováveis eleitores e na manutenção de relações sociais com os demais atores políticos, já que se mostra menos eficiente como canal para discutir questões políticas e trocar argumentos (ROSSETTO, 2018, p. 115). Em trabalho anterior, argumentei que a plataforma “cumpre uma função de amplificação das mensagens oficiais que outros veículos não conseguem mais fazer, em um ambiente de competição constante pela atenção dos usuários” (BERNARDES, 2020, p. 16).

Os dados do Twitter foram coletados por meio da extensão NCapture, adicionada ao navegador, e analisados no software NVivo. Como a coleta por meio dessa ferramenta é automatizada, não foi possível delimitar a data inicial das postagens, que variam de acordo com a frequência e o tipo de postagem feita pelos perfis. Assim, a quantidade de tuítes coletados varia entre 1.958 e 3.204, abrangendo períodos anteriores à atual legislatura, no caso de quatro deputadas menos assíduas, e postagens desde fevereiro de 2021 para a parlamentar com maior expressão na ferramenta. Como a análise estatística não é nosso foco, não acredito que essas diferenças numéricas tenham relevância para os resultados. A coleta dos dados foi consolidada em 19 de agosto de 2021.

A estratégia de coleta dos dados ancorou-se ainda em uma perspectiva de observação do ambiente digital bastante utilizada na pesquisa social e identificada na literatura de etnografia digital como “*lurking*” (AIROLDI, 2018; DALSGAARD, 2016; ORGAD, 2005; SANDERS, 2005) ou “observação oculta” (FERRAZ, 2019), que consiste em ocupar um posto de observadora “invisível”, isto é, com o mínimo de interação possível com os perfis ou páginas observadas, sem manifestações públicas do pesquisador. No caso desta pesquisa, a interação consistiu em seguir os perfis das deputadas no Twitter e suas páginas oficiais no Facebook, sem realizar comentários, compartilhamentos ou respostas, nem manifestar expressões de sentimento em relação às postagens (“curtir”, “amar”, “odiar” etc.).

Apesar das questões éticas referentes a esse tipo de abordagem quando envolve a coleta de postagens, o fato de as páginas e os perfis serem de autoridades públicas e submetidas, portanto, ao escrutínio social diminuiu as dificuldades. Do mesmo modo, evitei revelar na análise dados pessoais dos cidadãos que interagem com esses perfis, o que demandaria consentimento expresso deles. Durante o processo, foi interessante perceber as nuances de produção de imagem das parlamentares, o que levou a comparações e à percepção de diferentes perfis políticos, detalhados na apresentação dos dados. A observação cotidiana dos perfis permitiu ainda perceber as diferentes estratégias de construção das identidades e dos laços com cidadãos.

Em relação ao uso político de mídias sociais, elas têm sido massivamente utilizadas para entrar em contato com os cidadãos brasileiros diariamente desde, pelo menos, a campanha

eleitoral de 2014 (ALMEIDA *et al.*, 2020; MARQUES *et al.*, 2014). Com base em múltiplos estudos sobre o modo como os representantes usam as mídias sociais (BARROS *et al.*, 2021a, 2021b; KELM *et al.*, 2019; MCLOUGHLIN *et al.*, 2020; TÚÑEZ; SIXTO, 2011), busco alguns padrões que possam explicar as diferenças. Pesquisas anteriores, por exemplo, indicam que as mulheres têm menos acesso à mídia tradicional e até recentemente tinham menos impacto no Twitter do que os homens (MARQUES *et al.*, 2014; USHER *et al.*, 2018), mas usam cada vez mais as mídias sociais para se tornarem influentes (LOPEZ *et al.*, 2016; YARCHI *et al.*, 2018).

No próximo item, abordo a ocupação das presidências das comissões por mulheres como uma das estratégias de construção da identidade política e, portanto, do estabelecimento da relação de representação numa dimensão simbólica.

## DIMENSÃO SIMBÓLICA DA REPRESENTAÇÃO

Sendo o Brasil um dos países mais diversos e desiguais do mundo, é preciso olhar para as diferenças interseccionais entre representantes e representados para entender como as identidades e as relações políticas são socialmente produzidas. Gênero e raça são as diferenças mais óbvias: as mulheres compõem 15% da legislatura passada (2019-2022), sendo 51% da população. Os negros e pardos eram apenas 25% dos representantes, apesar de serem 56,2% da população brasileira. Assim, é interessante comparar como as mulheres eleitas, brancas e não brancas, atuam como representantes das minorias políticas e estabelecem relações comunicativas com seus eleitores e outros atores políticos.

O foco nas presidentas das comissões permanentes é uma tentativa de perceber como a ocupação de postos-chave dentro da instituição, ainda difícil para as mulheres, pode influenciar o contato das deputadas com os cidadãos. Como ressaltam Crewe e Sarra (2019) sobre o Parlamento britânico, o trabalho dos presidentes das comissões envolve a personificação da imagem do colegiado e a tarefa de intermediar a relação de todos os envolvidos nas atividades, forjando alianças, lidando com conflitos e disciplinando os descontentes “para criar a impressão de que a comissão está acima da política partidária” (CREWE; SARRA, 2019, p. 841).

No Brasil, as comissões atuam de forma ligeiramente diferente do Reino Unido, sendo vistas na literatura tanto como espaços de conflito quanto como instâncias onde a cooperação é possível e o consenso pode ser construído (BUSANELLO, 2016, p. 60). Elas são espaços institucionais de poder que possibilitam a expansão do capital político dos parlamentares, tanto em termos de relações pessoais com os pares, como com a sociedade civil. Não descarto o papel informacional cumprido pelas comissões, como parte da literatura institucionalista



aponta (KREHBIEL, 1992). Nesse sentido, a participação nelas pode contribuir para que os parlamentares consigam realizar de forma mais específica a representação de interesses e demandas que afetam seus eleitores. Como explica Busanello (2016), as funções dos presidentes dos colegiados permanentes são variadas e estratégicas dentro do processo legislativo brasileiro, pois boa parte das proposições são aprovadas em caráter conclusivo nas comissões, isto é, não passam pelo Plenário da Câmara.

Concordo com Saward (2006) quanto à dimensão constitutiva das identidades políticas a partir das alegações de representação feitas pelos parlamentares. Como afirma o autor, não há sujeitos sociais cuja característica essencial ou cujos desejos e interesses sejam totalmente transparentes e pré-determinados ao próprio ato político da representação (SAWARD, 2006, p.312). Assim, não é possível aos representantes simplesmente “ler” ou “descobrir” as identidades de seus eleitores como dados estáticos e fixos da realidade social. O autor destaca que “alegações de representação autêntica ou ‘verdadeira’ continuam apenas isso – alegações” (SAWARD, 2006, p. 313). Obviamente, elas podem ser estimulantes para os cidadãos, largamente aceitas e motivadoras de autoconsciência pela comunidade à qual se referem, mas sempre estão sujeitas à contestação. Exatamente porque não são predeterminadas à atividade discursiva da política, e se constituem dentro dos limites estabelecidos por essa relação representativa. Tanto do ponto de vista dos representantes, quanto dos representados.

As identidades subalternas “podem ser produzidas, posicionadas e silenciadas por meio da representação” (SAWARD, 2006, p. 313), o que demonstra a importância do estudo das atividades cotidianas realizadas pelos representantes, especialmente aqueles oriundos de minorias políticas, como é o caso das mulheres no Brasil. Para que a relação entre representantes e representados se estabeleça, portanto, é necessário que a construção identitária e as alegações dos primeiros sejam compartilhadas pelos segundos, isto é, os eleitores, pois a política, percebida como a construção de identidades coletivas, é uma tarefa essencialmente comunicativa, sendo a representação uma atividade simbólica (LESTON-BANDEIRA, 2016; RAI; SPARY, 2019; VERGÈ, 2022). Como destacam as autoras, não se trata apenas de analisar descritivamente as características dos representantes ou avaliar em termos substantivos as atividades que realizam em nome dos representados, mas de perceber que a representação se constitui dinamicamente por meio das relações discursivas estabelecidas entre representantes e representados, produzindo símbolos que geram sentidos.

Rai e Spary (2019) destacam que a separação das três dimensões da representação – a descritiva, a substantiva e a simbólica – é comum em estudos com uma visão institucionalista dos parlamentos. Segundo o argumento, o novo institucionalismo não presta suficiente atenção às escolhas conscientes e inconscientes feitas pelos atores políticos, à manipulação que fazem dos símbolos, ao aspecto afetivo da política e da performance para compreender o parlamento e

à ação dos representantes. Se partimos da perspectiva “performativa” da representação proposta por Saward (2006), porém, os parlamentos são organizações que abrigam os representantes sociais, provêm uma plataforma para a performance deles e também realizam uma performance institucional que reproduz e às vezes desafia as relações sociais e políticas dominantes.

Quando pensamos na representação política nos termos de Bourdieu (2006, p. 187), o capital político do representante é o “crédito firmado na crença e no reconhecimento” pelos representados. Aproximando as concepções de Bourdieu e de Saward, a crença nas promessas feitas por alguém depende da autoridade reconhecida de quem promete, por isso o ator político é tão “vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo que ameaça a crença, a confiança” (BOURDIEU, 2006, p. 188-189). Parte desse capital, portanto, advém da instituição à qual o ator político se filia, que o investe em determinados cargos e lhe empresta, por assim dizer, parte de seu capital. Esse tipo de capital é chamado por Bourdieu (2006, p. 193) de “capital de função”, aquele que é outorgado ao agente pela instituição no momento de sua investidura no cargo. Bourdieu (2006, p. 193) destaca ainda que a instituição controla o acesso “à notoriedade pessoal”, conectada aos lugares de visibilidade ocupados pelos agentes. Assim, as deputadas federais contam com possibilidades de ampliação de seu capital político por meio da ocupação de postos institucionais da Câmara. A análise do material empírico revela em que medida elas utilizam o cargo de presidência das comissões para performar uma identidade discursiva nas mídias sociais.

A partir desse panorama, analiso como as presidentas de sete comissões permanentes da Câmara dos Deputados brasileira endereçam suas identidades políticas aos cidadãos e como apresentam essas identidades nos espaços públicos de engajamento criados nas mídias sociais. Integrantes de uma minoria política com dificuldades para acessar não apenas o parlamento, mas sobretudo os postos-chave de poder internos à instituição, elas realizam uma representação substantiva e simbólica das mulheres, para além de uma simples representação descritiva desse segmento populacional.

## MULHERES EM POSTOS DE PODER INSTITUCIONAL

A Tabela 1 mostra os dados gerais das parlamentares analisadas neste estudo, chamando a atenção para a diferença entre a quantidade de votos que obtiveram no pleito de 2018 e o número de seguidores no Twitter, que analisamos detalhadamente, e, para termos de comparação, no Facebook, plataforma bastante popular no Brasil.

**Tabela 1. Dados gerais das presidentas das comissões permanentes (2021)**

Nome	Partido / Estado	Comissão*	Origem**	Votos	Twitter	Facebook	Mandato ***
Alice Portugal	PCdoB-BA	Cultura	Sindical/ Assembleia	125,5 mil	29 mil	79,8 mil	5º
Aline Sleutjes	PSL-PR	Agricultura	Câmara Municipal	33,6 mil	62,1 mil	57,5 mil	1º
Bia Kicis	PSL-DF	Constituição e Justiça	Procuradora de Justiça/ Youtuber	86,4 mil	945,7 mil	1,18 milhão	1º
Carla Zambelli	PSL-SP	Meio Ambiente	Youtuber	76,5 mil	1,3 milhão	1,4 milhão	1º
Prof. Dorinha Seabra	DEM-TO	Educação	Conselho Estadual/ Secretaria	48 mil	7,9 mil	22,2 mil	3º
Elcione Barbalho	MDB-PA	Defesa da Mulher	Familiar/ Câmara Municipal	165,2 mil	8,1 mil	41,9 mil	6º
Rejane Dias	PT-PI	Defesa de Pessoas com Deficiência	Familiar/ Assembleia	138,8 mil	7,5 mil	38,1 mil	2º

**Fonte:** Elaboração própria (2022).

\*Os nomes das comissões foram simplificados em relação à denominação formal dos colegiados.

\*\*Resumo do perfil ou das atividades exercidas anteriormente ao mandato a partir de informações disponíveis no portal da Câmara e nas próprias mídias sociais das parlamentares.

\*\*\*Indica quantas vezes a parlamentar já cumpriu um mandato na Câmara.

É interessante destacar que três dessas comissões nunca haviam sido presididas por mulheres: Agricultura, Constituição e Justiça e Meio Ambiente, enquanto as comissões de Educação e de Cultura já tiveram várias presidentas. No caso da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, criada em 2016, é a segunda vez que uma mulher a preside. Já o colegiado dedicado à Defesa dos Direitos da Mulher, também criado em 2016, sempre foi presidido por mulheres. Por seu turno, a comparação entre o número de votos e o número de seguidores serve para pontuar que não há uma correspondência exata entre essas duas esferas. Assim, um perfil parlamentar pode atingir uma repercussão nacional muito maior do que os efetivos eleitores da deputada ou, ao contrário, ficar restrito a poucos seguidores que não incluem a totalidade dos eleitores. Ainda que a esfera digital faça parte da vida cotidiana, portanto, ainda não é possível apostar numa superposição dela ao campo político.

Outro ponto que merece atenção diz respeito ao número de mandatos das deputadas escolhidas. Em geral, parlamentares com mais experiência legislativa se cacifam para esses postos, uma vez que são indicados pelos líderes partidários e demonstram mais conhecimento

do processo legislativo. A novidade de três mulheres em primeiro mandato ocuparem esses cargos está relacionada à estratégia discursiva adotada na metade do governo Bolsonaro para contrariar as críticas da esquerda sobre a pouca quantidade de mulheres com protagonismo nos ministérios e órgãos do Executivo. Assim, três deputadas bolsonaristas foram escolhidas pela base do governo para a presidência de importantes comissões permanentes, tradicionalmente ocupadas por homens: a Comissão de Constituição e Justiça, a de Agricultura e a de Meio Ambiente.

Nesse sentido, percebe-se que a representação descritiva – presença efetiva e numericamente relevante nas presidências das comissões – articula-se com formas de representação simbólica no caso das mulheres, uma vez que, por serem minoria política, ganham proeminência quando ocupam postos de poder e ajudam na construção da imagem de um parlamento – e um governo, no caso brasileiro – favorável à igualdade de gênero. Assim, a ocupação desses postos tem como objetivo produzir símbolos por meio dos quais se disseminam valores, sentimentos, crenças e opiniões (VERGÈ, 2022) e se produzem performances públicas alinhadas a determinadas posições ideológicas (SAWARD, 2006), para além das consequências substantivas que possam ter na definição das políticas públicas.

Como ressalta Vergè (2022), o valor dos símbolos está em seu poder de criar sentidos e, conseqüentemente, transformar os imaginários sociais que conformam os espaços políticos. Em outras palavras, o enquadramento da política como atividade simbólica pode mostrar as oportunidades nas quais a construção da representação desafia os modos hegemônicos de realização da política, com rupturas nas interpretações tradicionais do processo político, além de permitir uma percepção da “relação mútua entre as perspectivas descritiva, substantiva e simbólica da representação” (VERGÈ, 2022, p. 20). No caso da representação de minorias políticas, esse potencial se amplia, pois a própria presença desses segmentos no Parlamento introduz um elemento disruptivo no campo político, alterando a posição dos atores e, potencialmente, influenciando os critérios de produção do próprio capital político e da produção discursiva sobre a política (BOURDIEU, 2005, 2006).

Apesar das exceções indicadas pelo governo Bolsonaro, parece estar em vigor na Câmara dos Deputados, em alguma medida, a divisão do trabalho entre homens e mulheres já apontada na literatura de gênero e política e também sobre as comissões legislativas (BOURDIEU, 2010; MIGUEL; BIROLI, 2011; BUSANELLO, 2016; RAI; SPARY, 2019). Enquanto os homens ficam responsáveis pelas comissões cujas temáticas compõem a *hard politics*, e que agregam maior capital político aos seus ocupantes por dizerem respeito, basicamente, à organização legal do campo político, à atividade econômica e à infraestrutura, às mulheres parece ser destinado o trabalho com *soft politics*, isto é, os temas sociais identificados com a política do cuidado, tais

como educação, assistência social, cultura etc.<sup>6</sup>

A presença de uma mulher pela primeira vez na presidência do principal colegiado da Câmara – a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)<sup>7</sup> – é um dado relevante para a discussão. Segundo Busanello (2016), apenas uma mulher havia conseguido ocupar o posto da presidência em uma comissão considerada de *hard politics* – a de Segurança Pública – até 2015. Como ressalta a autora em relação aos próprios dados, eles parecem evidenciar “a existência de um teto de vidro, em que as deputadas encontram barreiras invisíveis para acessar as presidências e vice-presidências de comissões *hard politics*, atuando mais nas comissões *soft politics*” (BUSANELLO, 2016, p. 70).

Mais relevante, portanto, se torna o caso de Bia Kicis, procuradora de Justiça aposentada do Distrito Federal que, em seu primeiro ano de mandato (2019), já conseguiu ser indicada por seu partido para a 1ª vice-presidência do colegiado, posto que também nunca fora ocupado por uma mulher. Na CCJC, a juíza Denise Frossard havia sido 3ª vice-presidente em 2003, e Cristiane Brasil conseguiu a 2ª vice-presidência em 2016.

Um aspecto interessante, contudo, é que a importância interna da ocupação nos cargos na estrutura de poder institucional não parece ser o critério mais relevante em termos de comunicação externa para as deputadas, pelo menos não no Twitter. Das sete parlamentares analisadas, apenas três mencionam a presidência dos colegiados já na descrição do perfil: Aline Sleutjes, Carla Zambelli e Professora Dorinha Seabra. Alice Portugal e Bia Kicis identificam-se primeiro a partir de suas profissões, depois pelo mandato de deputada federal. Aline Sleutjes, Carla Zambelli e Rejane Dias também não mencionam seus partidos na descrição dos perfis, ainda que a deputada Aline esteja acompanhada pelo presidente Jair Bolsonaro na foto principal e mencione seu cargo como vice-líder do governo no Congresso.

Apesar de algumas delas não mencionarem seus partidos, todas fazem questão de identificar seus estados de origem, isto é, os distritos eleitorais onde recebem os votos. Rejane Dias traz uma foto com a bandeira do estado do Piauí atrás de si, enquanto Elcione Barbalho, além de usar as cores da bandeira de seu estado, traz a inscrição “guerreira do Pará” já na imagem principal do perfil. No geral as deputadas aparecem nas duas fotos de abertura do perfil, com exceção de Alice Portugal, que traz a hashtag #vacinajá na imagem maior, e Rejane Dias, cuja imagem maior estava em branco no dia em que realizei a consulta aos perfis.

Carla Zambelli e Professora Dorinha Seabra também trazem *slogans* na imagem maior

---

6 Segundo Bourdieu (2010), contemporaneamente os homens continuam dominando os espaços públicos e de poder, especialmente aqueles de produção, enquanto as mulheres ficam destinadas ao espaço doméstico, lugar de reprodução e subordinação, que inclui atividades relacionadas à economia simbólica.

7 Todas as propostas em análise na Câmara dos Deputados passam pela CCJC para o controle de constitucionalidade, além de serem destinadas às respectivas comissões encarregadas da análise do mérito.

do perfil, a primeira fazendo referência ao combate da corrupção e a segunda informando que “o novo Fundeb agora é lei federal”<sup>8</sup>. Carla Zambelli é a única que traz informações pessoais já na abertura de seu perfil, informando ao público que é “mãe do João” e “esposa do Cel. Aginaldo”. A deputada informa ainda que foi eleita “melhor deputada no voto popular” em 2019 – sem mencionar a instituição que lhe conferiu tal prêmio – e que é “conservadora”. Do mesmo modo, Alice Portugal também informa o público sobre o fato de ter sido eleita pela décima vez como uma das parlamentares mais influentes do Congresso Nacional pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Ao analisar a apresentação das parlamentares em seus perfis no Twitter, percebe-se que elas enfatizam o distrito eleitoral na construção da identidade de representantes, um dos aspectos descritivos da representação. Isso não ocorre apenas, no entanto, porque seus votos são colhidos nos estados, mas também porque é nesses territórios que estão suas redes de apoio e sustentação política, as chamadas “bases eleitorais”.

Como ressaltam Celis *et al.* (2008), quando adotamos uma perspectiva da representação como um ato simbólico, cuja performance das alegações públicas é praticada pelos representantes e aceita ou disputada pelos representados, o aspecto discursivo da atividade se torna um ponto central. Dizer-se uma mulher ou uma “guerreira” de um Estado, portanto, significa ser uma mediadora entre a população daquele território – ou de partes dele – e a União (o Estado nacional, no caso brasileiro). Mais do que isso, a representante é, ao mesmo tempo, uma pessoa e um símbolo, pois encarna características e qualidades que lhe fazem mais ou menos parecida com os representados e evoca essa herança comum por meio de uma identidade coletiva expressa nos rituais cotidianos da prática política (ABÉLÈS, 2006). Rituais que incluem, contemporaneamente, as postagens em mídias sociais, especialmente as fotos e vídeos com seus apoiadores locais.

Também é no território do Estado que estão adversários diretos e concorrentes no mercado eleitoral – que no sistema brasileiro podem ser, inclusive, do mesmo partido, uma vez que a lista é aberta. Por isso, faz sentido destacar os demais atores que fazem parte da rede, especialmente se ocupam postos de grande poder no cenário nacional, como o presidente da República. Observar as postagens, portanto, permite explorar quem age em nome das mulheres, onde essa representação ocorre, por que essa alegação de representação é ativada e como ela é expressa (CELIS *et al.*, 2008, p. 20). Além disso, permite ver como o ritual de demarcação do território (ABÉLÈS, 2006) é atualizado por meio das mídias sociais.

Analisando as imagens escolhidas pelas parlamentares para seus perfis, com exceção

---

8 O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios vinculados à educação. O fundo foi regulamentado pela Lei nº 14.113/2020.



de Aline Sleutjes, que aparece acompanhada por Jair Bolsonaro, as demais aparecem sozinhas, em enquadramentos de rosto ou de busto, sempre sorrindo, de braços cruzados, sobre fundos que destacam as cores da bandeira nacional, especialmente o verde e o azul, ou das bandeiras de seus estados, caso de Elcione Barbalho. Percebe-se que, além da construção de uma imagética conectada tanto aos símbolos nacionais quanto aos diferentes distritos pelos quais as deputadas são eleitas, o perfil é um espaço de construção pessoal da identidade, o que leva à ênfase na imagem individual delas. No caso das mulheres, o sorriso acaba sendo uma forma de performance pública legitimada e socialmente aceita de comportamento feminino<sup>9</sup>, capaz de criar conexões e atrair a simpatia dos eleitores, mas que também cria um contraste com a posição de braços cruzados, usada por várias delas, em uma demonstração de poder e capacidade executiva, qualidades usualmente esperadas de agentes públicas. Nesse sentido, as postagens não apenas criam narrativas sobre as deputadas, mas constituem verdadeiros espaços de disputa e de criação de novos sentidos para a prática política (ABÉLÈS, 2006; BOURDIEU, 2006).

## TEMAS E TERMOS DAS POSTAGENS

Mergulhar na análise lexical das postagens feitas por elas com a ajuda do *software* NVivo possibilita a identificação dos termos mais utilizados, que nos dão pistas não apenas sobre os temas preferidos das parlamentares, mas também sobre o tipo de endereçamento feito nos perfis. É uma estratégia complementar à etnografia, porque ajuda a demonstrar quantitativamente as percepções que foram se formando durante o campo, afinal a velocidade e quantidade de postagens, bem como a quantidade de dados, são desafios cotidianos para os pesquisadores das plataformas digitais.

A Tabela 2 mostra as palavras mencionadas mais de 200 vezes pelo conjunto de sete perfis analisados. Percebe-se, a partir da tabela, que apenas o termo CPI não foi mencionado por todos os perfis (dois deles não o utilizaram).

---

<sup>9</sup> Em *A dominação masculina*, Bourdieu utiliza a expressão “somatização das relações sociais de dominação” (2010, p. 33) ao se referir a comportamentos socialmente legitimados ensinados às mulheres, que incluem atitudes corporais que demonstram submissão, como “sorrir, baixar os olhos, aceitar interrupções etc.” (BOURDIEU, 2010, p. 39).

**Tabela 2. Termos mencionados mais de 200 vezes nos perfis do Twitter**

Termo utilizado	Arquivos	Nº de menções
Brasil	7	1812
facebook	7	1762
presidente	7	1419
bolsonaro	7	1174
educação	7	1083
ministro	7	819
povo	7	740
saúde	7	652
voto	7	535
covid	7	511
pandemia	7	493
comissão	7	467
direitos	7	465
vacina	7	442
projeto	7	416
mulher	7	387
governador	7	380
reforma	7	367
Deus	7	330
CPI	5	317
democracia	7	297
cultura	7	276
audiência	7	251
morte	7	245
violência	7	243
justiça	7	231
família	7	227
liberdade	7	221
verdade	7	211
STF	7	207
eleitoral	7	207

**Fonte:** Elaboração própria (2022).

É interessante perceber que apenas cinco palavras mereceram mais de mil menções nos perfis das deputadas: “Brasil”, “Facebook”, “presidente”, “Bolsonaro” e “educação”. O Twitter, portanto, serve para o endereçamento de uma audiência nacional e para os tópicos em discussão dentro da casa legislativa, mas também para remeter a audiência a outras plataformas, como



A proximidade entre os vocabulários usados nos perfis é perceptível na Figura 2, que os agrupa a partir das semelhanças e diferenças no uso dos termos. Assim, Professora Dorinha e Rejane Dias estão mais próximas entre si e mais distantes do restante do grupo, em uma subdivisão diferenciada dos demais. Por outro lado, Alice Portugal e Carla Zambelli demonstram similaridades e estão muito próximas em termos lexicais, apesar de ocuparem lados opostos no espectro ideológico (a primeira fazendo parte da oposição, a segunda, da base do governo). Bia Kicis e Aline Sleutjes, ambas filiadas ao PSL e integrantes da ala bolsonarista do partido aparecem coerentemente próximas no gráfico, enquanto Elcione Barbalho, apesar de expressar discordâncias com o atual governo, também utiliza um vocabulário mais similar ao das deputadas bolsonaristas. Obviamente, essa semelhança diz respeito, em boa parte, aos termos que expressam o trabalho parlamentar à frente de um colegiado permanente, tais como comissão, audiência, votação, projeto.

**Figura 2. Similaridades de vocabulário entre os perfis**



Fonte: Elaboração própria (2022).

Algumas diferenças revelam que o uso do vocabulário está alinhado a distinções ideológicas e se relaciona à posição que as parlamentares ocupam na Câmara, pertencendo à base do governo, oposição ou centro. Assim, o termo “presidente” é utilizado de forma preponderante pelas três deputadas do PSL e da base do governo, enquanto “Bolsonaro” é usado de forma bastante mais acentuada por Alice Portugal – dez vezes mais menções em seu perfil do que nos perfis das demais –, sendo ela uma opositora ferrenha ao governo e ao próprio mandatário. A deputada também faz um uso preponderante dos termos “Brasil”, “Governo”, e “#forabolsonaro”, o que reforça sua posição contrária ao ex-mandatário. “Educação”, “cultura”, “pandemia” e “vacinas” também são termos que aparecem entre várias palavras relacionadas ao processo legislativo.

Durante a observação dos perfis, fica clara a estratégia de Alice Portugal e de Carla Zambelli, que atuam como “comentaristas” das disputas entre o governo e a oposição dentro do Congresso, ainda que mostrem a disputa por ângulos totalmente opostos. Zambelli tem entre os termos mais usados a palavra “presidente” e “@jairbolsonaro”, indicando o compartilhamento de mensagens do líder, bem como respostas e diálogos que o incluem. “Brasil”, “milhões” e “governo” também aparecem com destaque em seu perfil. Em todas as suas páginas nas mídias sociais, é constante o compartilhamento de vídeos com o presidente ou de cerimônias oficiais do governo, além do compartilhamento de trechos das *lives* presidenciais e de excertos e declarações de integrantes do governo.

Nesse sentido, a produção discursiva das identidades passa essencialmente pela identificação dos adversários, especialmente se a deputada for da oposição, e dos líderes que merecem apoio, quando faz parte da base do governo. Em relação a isso, surpreende que as postagens de Rejane Dias, integrante do PT, não tenham um caráter tão visível de oposição quanto as de Alice Portugal, do PCdoB.

Aprofundando a análise do perfil de Rejane Dias, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, percebe-se que o perfil é pouco usado, com postagens esporádicas remetendo a vídeos e conteúdos publicados em outras plataformas, especialmente o Facebook, que tem mais de cinco vezes o número de seguidores do Twitter. Além disso, são priorizadas nas duas plataformas ações e atividades realizadas no Piauí, estado de origem da parlamentar e governado por seu marido Wellington Dias, também do PT. É importante mencionar que a deputada já foi secretária estadual de Assistência Social e Cidadania; de Inclusão da Pessoa com Deficiência; e de Educação no Piauí. Assim, encontros com prefeitos e ações nos municípios recebem destaque com várias fotos publicadas no Facebook com Rejane e Wellington rodeados pelas lideranças locais.

Nesse sentido, fica óbvio que a identidade política construída pela deputada em suas redes não prioriza os debates nacionais, especialmente a polarização entre governo e oposição, parecendo mais focada em sua ação como representante da população do estado do Piauí (foi a parlamentar federal mais bem votada no estado nas eleições de 2018). Mesmo quando divulga sua presença nas atividades realizadas pelo ex-presidente Lula, a parlamentar restringe seu foco às ações voltadas ao Piauí, em uma estratégia complementar e de colaboração com a imagem de primeira-dama estadual. Uma dupla identidade focada na atuação estadual é construída por meio das redes, o que pode explicar o afastamento das polêmicas entre base e oposição no Congresso<sup>10</sup>. Termos conectados à educação também são mobilizados no perfil, como a inclusão

---

10 Em janeiro de 2023, após a realização desta pesquisa, Rejane Dias abriu mão de mais um mandato como deputada federal ao ser nomeada conselheira do Tribunal de Contas do Piauí, o que demonstra que sua carreira está mais voltada ao estado do que a uma ambição nacional.

dos portadores de deficiências no ambiente escolar.

Já as deputadas pertencentes aos partidos de centro ou que não se colocam claramente como oposição ao governo podem escolher estratégias comunicativas que enfocam outros aspectos da disputa política. No caso de Elcione Barbalho, por sua atuação como líder da Bancada Feminina e Procuradora da Mulher em anos anteriores, é perceptível em seus perfis o foco em questões que encontram acordo nessas instâncias coletivas que reúnem as deputadas. Como ressalta Maíra Mano (2020) em trabalho sobre a representação feminina na Câmara dos Deputados, a discriminação é um fator agregador da atuação das mulheres, apesar de suas diferenças de origem, perfil e interesses. Nesse sentido, durante a Assembleia Constituinte as mulheres se reuniram no que ficou conhecido como a “Bancada do Batom” exatamente para enfrentar a discriminação dos colegas homens. Ainda segundo a autora, a concordância na Bancada Feminina ao longo dos anos basicamente diz respeito à inserção das mulheres no mercado de trabalho e na política e ao enfrentamento da violência em suas variadas formas<sup>11</sup>.

Elcione também foca sua atuação regional, em sentido muito similar ao de Rejane Dias, uma vez que seu filho, Hélder Barbalho, é o atual governador do Pará. Assim, além de sua atuação como presidenta da Comissão da Mulher, com ênfase nos temas tratados pelo colegiado, sua presença em eventos oficiais pelo estado acompanhando o governador, também é destacada em imagens, vídeos e postagens. Emendas ao orçamento de sua autoria destinadas ao Estado e inauguração de obras são outros assuntos constantes nos perfis da parlamentar.

Já Professora Dorinha Seabra, como seria de se esperar, por conta de seu perfil como educadora, ex-integrante do Conselho Estadual de Educação do Tocantins e presidenta da Comissão de Educação na época da pesquisa, tem seu foco na pauta educacional. Assim, termos como “professores”, “ensino”, “escolas” e “Fundeb” estão entre os destaques de suas publicações. Assim como Rejane Dias, Alice Portugal e Elcione Barbalho, a parlamentar tem mais seguidores no Facebook e faz um uso mais ativo dessa plataforma do que do Twitter. Seu exemplo mostra, contudo, como a representação proporcional e o sistema eleitoral adotado no país permitem alguma flexibilidade aos parlamentares no manejo da comunicação de seus mandatos, uma vez que a deputada não parece tão concentrada em ressaltar sua representação geográfica, mas sim formas de representação temáticas.

Bia Kicis e Aline Sletjjes, como já mencionamos, utilizam um vocabulário muito próximo em suas postagens, focadas basicamente no suporte às decisões do governo e do presidente Bolsonaro. É interessante perceber que, apesar de presidir a Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, apenas o termo “produtores” figura entre os que aparecem mais de

---

<sup>11</sup> Não por caso, a Secretaria da Mulher da Câmara criou em junho de 2021 o Observatório Nacional da Mulher na Política, destinado a realizar estudos sobre: violência política contra a mulher; atuação parlamentar e representatividade feminina; e atuação partidária e processos eleitorais.



100 vezes nas postagens de Aline. Nesse sentido, o Twitter parece ser um espaço usado para enfatizar o relacionamento com o governo, especialmente o apoio pessoal ao presidente Jair Bolsonaro, mais do que um lugar de diálogo com os demais interesses da base eleitoral, entre os quais se incluem as questões econômicas de uma região predominantemente rural. Já o perfil de Bia Kicis traz com algum destaque termos relacionados à recente discussão sobre a PEC do Voto Impresso, de sua autoria, como “auditável”, “impresso”, “sistema” e “eleitores”. Termos mais relacionados aos trabalhos da comissão também surgem com menor destaque, mas a palavra “justiça”, por exemplo, não está entre os vocábulos mais mobilizados. É o mesmo caso de Carla Zambelli, cuja palavras mais frequentes não incluem “ambiente”, “ambiental” ou “sustentável”, como seria de se esperar, tendo em vista a comissão presidida por ela.

É interessante, contudo, perceber que a temática da fraude eleitoral e a discussão sobre o voto impresso, mobilizada fortemente por Bia Kicis durante 2021, já estava presente como uma de suas bandeiras nas mídias sociais antes mesmo de sua eleição como deputada federal, sendo um dos eixos de mobilização da rede bolsonarista no Facebook, pelo menos, desde 2016 (ALMEIDA *et al.*, 2021). Nesse sentido, a ocupação de um posto-chave na CCJC e dentro da estrutura de comissões da Câmara ampliou as possibilidades de análise da proposta, que era uma de suas bandeiras de campanha e que encontrou eco no discurso governamental de questionamento sobre o sistema eleitoral. O caso demonstra o poder de agendamento dos presidentes das comissões permanentes, especialmente quando são apoiadores do presidente da Casa, fato que permitiu a votação da proposta. A PEC do Voto Impresso foi derrotada no Plenário da Câmara em agosto de 2021.

## IDENTIDADES POLÍTICAS EM CONSTRUÇÃO

Partindo desse contexto de ocupação dos postos de presidência das comissões permanentes por mulheres dentro do Legislativo nacional, a pesquisa mostra como representações e valores sociais estão ligados a estratégias políticas e ao uso dos canais de engajamento (LESTON-BANDEIRA, 2014) pelas parlamentares. A partir da breve apresentação dos dados coletados para esta pesquisa, é possível perceber como as mídias sociais são utilizadas para produzir identidades políticas através de rituais, conteúdos discursivos e ritmos de ação (BOURDIEU, 2006; CREWE, 2021). Os perfis das deputadas nas mídias sociais fornecem um panorama bastante aprofundado para a percepção de suas audiências e dos processos de construção identitários que elas estão realizando.

Infelizmente, um enquadramento interseccional mais aprofundado não foi possível neste

estudo, tendo em vista que nenhuma das parlamentares que presidiam as comissões na época da coleta dos dados era negra ou indígena. Esse é um ponto que deverá ser abordado em próximos trabalhos e continua na agenda de pesquisas sobre a representação política das minorias, a fim de entender como as regras formais e informais do Parlamento são realizadas e afetadas por gênero e raça. De qualquer forma, as diferenças de perfil e origem social das deputadas colaboram para compreensão de alguns aspectos relevantes à ascensão dentro da organização parlamentar e ressaltam o fato de que as mulheres não têm interesses, pautas, demandas e ideias comuns apenas pelo fato de serem mulheres (CELIS *et al.*, 2008; MANO, 2020; RAI; SPARY, 2019; VERGÈ, 2022). A representação não pode ser analisada apenas a partir de uma perspectiva descritiva, substantiva ou simbólica, como destaca a literatura institucionalista, pois constitui uma atividade mais complexa de produção de identidades do que esse enquadramento teórico sugere.

Em relação à primeira pergunta desta análise, concluímos que as deputadas se engajam e se comunicam com cidadãos de forma variada e personalizada, utilizando estratégias discursivas relacionadas aos seus perfis profissionais, geográficos, familiares, ideológicos e à sua posição em relação ao governo. Tais características influenciam os temas abordados por elas e os termos preferenciais usados nessa comunicação.

Os dados mostram possibilidades estratégicas que vão desde perspectivas regionalizadas, ancoradas em relações familiares com as elites estaduais, e chegam a estratégias comunicativas de âmbito nacional, dedicadas ao combate ideológico travado entre governo e oposição, passando por posicionamentos temáticos que enfocam determinados segmentos profissionais e populacionais. No caso das deputadas bolsonaristas, é constante o uso de transmissões ao vivo para comentar a pauta do Congresso, da comissão e os temas polêmicos na agenda nacional, especialmente aqueles ligados às decisões governamentais. As parlamentares atuam, portanto, como comentaristas políticas (*gatekeepers*) que explicam o processo legislativo e político para suas audiências, em perfis que funcionam como verdadeiros canais de comunicação, muitas vezes constituindo a única fonte de informação política para suas audiências em pequenas localidades (BARROS *et al.*, 2021b; THORSON *et al.*, 2020).

Em relação à segunda pergunta, os dados mostram que as identidades políticas das deputadas são produzidas e performadas em um ambiente que segue as regras de uma instituição genderificada (ERIKSON; VERGÈ, 2022; RAI e SPARY, 2019), como é o Parlamento brasileiro. Assim, a simples presença de mulheres nas presidências das comissões já cria uma rede de sentidos em torno da performance delas, aproveitada pelo governo e pelas próprias instâncias partidárias para legitimar o discurso de igualdade de oportunidades. Isso não significa, contudo, que as deputadas mobilizem termos ou temáticas restritas ao debate de gênero. Pelo contrário, a análise textual mostra que elas preferem pontuar temas gerais da agenda política, especialmente

dentro da disputa entre base do governo e oposição. De certa forma, a polarização extrema da política nacional e a divisão entre apoiadores e opositores do governo de Bolsonaro criou motivações adicionais para que as deputadas deixassem de lado suas posições institucionais nas mídias sociais, especialmente no caso das bolsonaristas. O discurso político nas postagens acabou se ajustando à agenda e às demandas dos usuários das plataformas, dentro de um debate geral polarizado, mais do que às possibilidades de produção do “capital de função”, nos termos bourdieusianos.

O fato de que tradicionais critérios de acúmulo de capital político, como a senioridade expressa no número de mandatos ou a *expertise* técnica, tenham sido pouco mobilizados nas escolhas das deputadas da base do governo que ocuparam os cargos nas comissões, todas no primeiro mandato e sem experiência anterior no Legislativo federal, é indicativo das outras estratégias que estavam em operação. A nomeação dessas parlamentares por si só é um símbolo das práticas políticas do grupo que estava no poder naquele momento, com ênfase para os *outsiders*, isto é, os atores políticos com uma postura extremamente crítica do sistema político e que dizem não pertencer a ele, mesmo quando eleitos sucessivas vezes para cargos parlamentares. Assim, ressaltar suas posições institucionais dentro do Parlamento poderia até mesmo ser visto pelos seguidores mais radicais como um tipo de capital “negativo” à performance delas como ocupantes das margens (BOURDIEU, 2006) e críticas do próprio campo político. As deputadas bolsonaristas atuaram em boa medida na construção de uma identidade política capaz de simbolizar o discurso crítico à política, valorizado por seus seguidores.

A escolha de Bia Kicis leva em conta sua experiência prévia como advogada e servidora pública, mas também seu interesse em promover pautas estratégicas para o governo, como o debate sobre o voto impresso. Obviamente, sua atuação como procuradora do Distrito Federal lhe credenciou para a atuação na Comissão de Constituição e Justiça. De forma semelhante, apesar de não ter *expertise* técnica na área da Agricultura, Aline Sleutjes vem de uma região geográfica dominada pela produção rural, especialmente pela pecuária voltada à produção de leite. Assim, faz sentido que tenha buscado uma atuação no colegiado onde pôde defender os interesses econômicos da região que lhe elegeu. Já o caso de Carla Zambelli é mais paradoxal, pois a parlamentar não parece ter expressado interesses na pauta ambiental antes (ou depois) de sua indicação para a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

De alguma forma, a negociação interna do PSL, partido das três deputadas bolsonaristas, dividido desde 2019 entre apoiadores e críticos do governo, abriu espaço para que elas ocupassem cargos de destaque dentro da hierarquia parlamentar a partir de critérios para além daqueles tradicionalmente seguidos pelos partidos. Uma hipótese a ser investigada em estudos posteriores diz respeito ao enfrentamento ideológico realizado pelo governo anterior às pautas de gênero. Nesse sentido, a indicação de mulheres para postos-chave do Parlamento pode ser

uma estratégia para neutralizar as acusações de misoginia e machismo feitas pela oposição ao governo Bolsonaro, com o uso de pautas historicamente conectadas ao feminismo por políticos de viés conservador (SARMENTO *et al.*, 2021). Essa hipótese ajuda a perceber que a dimensão simbólica da representação está em operação dentro do Parlamento brasileiro de modo concomitante às dimensões descritiva e substantiva.

Os dados mostram, contudo, que nem sempre a ocupação desses postos servirá de foco para a construção identitária das deputadas, interessadas em questões, debates e assuntos que podem escapar ao escopo das comissões que presidem. É razoável, por isso, lembrar que o Parlamento é uma instituição funcional, mas também simbólica, envolvida em redes de poder. A relação dinâmica entre deputadas e eleitores e também entre os próprios parlamentares se dá a partir das alegações de representação de interesses, ideias, demandas e identidades políticas que realizam, como ressalta Saward (2006). Por esse motivo, a dimensão simbólica da representação que transparece nas relações comunicativas estabelecidas entre representantes e representados precisa ser levada em conta na análise dos processos políticos. No caso das mulheres, as abordagens descritivas ou substantivas da representação não são suficientes para a compreensão da performance pública das parlamentares, especialmente no ambiente digital, e por isso a dimensão simbólica parece relevante para a análise dos processos de construção de identidade política colocados em movimento por elas.

## REFERÊNCIAS

1. ABÉLÈS, Marc. Parliament, politics and ritual. *In*: CREWE, Emma; MÜLLER, Marion. **Rituals in Parliaments**. Frankfurt: Peter Lang Verlag, 2006. p. 19-40.
2. AIROLDI, Massimo. Ethnography and the digital fields of social media. **International Journal of Social Research Methodology**, Londres, v. 21, n. 6, p. 661-673, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13645579.2018.1465622>. Acesso em: 02 nov. 2020.
3. ALMEIDA, Helga Nascimento; PEREIRA, Marcus Abílio Goms; FERREIRA, Maria Alice Silveira; QUINTÃO, Thales Torres. “Tamo junto?” Parlamentares e mídias sociais: uma tipologia dos padrões de atuação de deputados federais no Facebook. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 1-47, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/59035>. Acesso em: 03 nov. 2020.
4. ALMEIDA, Sabrina; PIAIA, Victor; DOURADO, Tatiana. Fraude nas urnas e contestação eleitoral no Brasil: um estudo longitudinal da formação de comunidades de atores e de domínios no Facebook (2014-2021). *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45., cidade, 19-27 out. 2021. **Anais [...]**. p. 1-26.

5. BARROS, Antonio Teixeira de. O cidadão vai ao Parlamento. Etnografia de visitas cívicas ao Congresso Nacional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 52, n. 206, p. 205-221, 2015. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/512456>. Acesso em: 15 out. 2016.
6. BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum; FARIA, Cristiano Ferri Soares de; BUSANELLO, Elisabete. Digital mandates and their management: strategies for usage of social media by Brazilian federal legislators. **Parliamentary Affairs**, Oxford, Londres. v. 0, p. 1-30, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsab046>. Acesso em: 07 set. 2021.
7. BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum; FARIA, Cristiano Faria Soares de; BUSANELLO, Elisabete. Do egocasting aos gabinetes digitais: o uso de lives, stories e podcasts pelos deputados federais brasileiros. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, Guadalajara, v. 12, p. 7-23, 2021b. Disponível em <http://contexlatin.cucsh.udg.mx/index.php/CL/article/view/7863>. Acesso em: 13 ago. 2021
8. BERNARDES, Cristiane Brum. **Política, institucional ou pública? Uma reflexão sobre a mídia legislativa da Câmara dos Deputados**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
9. BERNARDES, Cristiane Brum. Uso do Twitter para engajamento político: análise dos perfis das assembleias legislativas da Região Sudeste. **Revista Compolitica**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 5-48, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21878/compolitica.2020.10.3.411>. Acesso em: 17 jan. 2021.
10. BOURDIEU, Pierre. The political field, the social science field, and the journalistic field. *In*: BENSON, Rodney; NEVEU, Eric. (função). **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005. p. 29-47.
11. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
12. BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
13. BUSANELLO, Elisabete. **Gênero, representação política e poder: as deputadas federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Poder Legislativo) – Instituição, universidade, Brasília, 2016.
14. CELIS, Karen; CHILDS, Sarah; KANTOLA, Johanna; KROOK, Mona Lena. Rethinking women's substantive representation. **Representation**, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 99-110, 2008.
15. CREWE, Emma. Ethnographic research in gendered organizations: the case of the Westminster Parliament. **Politics and Gender**, New Orleans, v. 10, n. 4, p. 673-678, 2014.
16. CREWE, Emma. Ethnographies of parliament: culture and uncertainty in shallow democracies. **Journal of Organizational Ethnography**, [s. l.], v. 7, n.1, p. 16-30, 2018.

17. CREWE, Emma. **An anthropology of parliaments. Entanglements in democratic politics.** London: Routledge, 2021.
18. CREWE, Emma; SARRA, Nicholas. Chairing UK Select committees: walking between friends and foes. **Parliamentary Affairs**, v. 72, p. 841-859, 2019.
19. DALSGAARD, Steffen. The ethnographic use of Facebook in everyday life. **Anthropological Forum**, Londres, v. 26, n. 1, p. 96-114, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00664677.2016.1148011>. Acesso em: 18 out. 2020.
20. DUARTE, Tatiane dos Santos. “**A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá**”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo brasileiro. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9803>. Acesso em: 15 abr. 2018.
21. ERIKSON, Josefina; VERGÈ, Tània. Gender, power and privilege in the parliamentary workplace. **Parliamentary Affairs**, Londres, v. 00, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsaa048>. Acesso em: 17 set. 2021.
22. FERRAZ, Cláudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 46-69, jun.-set.2019. Disponível em: [https://doi.org/10.23925/v12n35\\_artigo3](https://doi.org/10.23925/v12n35_artigo3). Acesso em: 31 jan. 2023.
23. GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso qualitativo. *In*: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais.** Paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 115-146.
24. HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla Costa; BARREIRA, Irllys. (orgs.) **Como se fazem eleições no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. Coleção Estudos Antropológicos.
25. HINE, Christine (ed.). **Virtual methods: issues in social research on the Internet.** Oxford: New York: Berg, 2005.
26. JORDAAN, Marenet. An open mind, not an empty head: towards perpetual waves of newsworld ethnography. **African Journalism Studies**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23743670.2020.1785519>. Acesso em: 10 jan. 2021
27. KELM, Ole; DOHLE, Marco; BERNHARD, Uli. Politicians’ self-reported social media activities and perceptions: results from four surveys among german parliamentarians. **social media + society**, p.1-12, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2056305119837679>. Acesso em: 15 jun.2020
28. KREHBIEL, Keith. **Information and legislative organization.** Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1992.



29. KUSCHNIR, Karina. **Política e mediação cultural**: um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
30. KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NUAP, 2000.
31. KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**: uma perspectiva brasileira. Centre for Brazilian Studies. Working Paper CBS-64-05. Oxford: University of Oxford, 2004.
32. LACERDA, Marina. Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**. De Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.
33. LEIDIG, Eviane; BAYARRI, Gabriel. Not your grandma's fascism: fame, femininity, and race in far-right postcolonial India and Brazil. **Social Politics**, p. 1-29, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sp/jxac013>. Acesso em: 30 nov. 22.
34. LESTON-BANDEIRA, Cristina. The pursuit of legitimacy as a key driver for public engagement: the case of the European Parliament. **Parliamentary Affairs**, v. 67, n. 2, 2014, p. 415-436. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gss050>. Acesso em: 21 mar. 2023.
35. LESTON-BANDEIRA, Cristina. Why symbolic representation frames parliamentary public engagement. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 18, n. 2, p. 498-516, 2016.
36. LOPEZ, Felix. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre Executivo e Legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 22, p. 153-177, 2004.
37. LOPEZ, Arthur; VIDAL, Maria Vitória; COELHO, Caio. **Raio X do Congresso nas redes sociais**. Brasília: Pesquisa Medialogue, 2016. Disponível em: <http://www.medialogue.com.br/congressonasredessociais/>. Acesso em: 26 set. 2017.
38. MANO, Maíra Kubik. **Atuar como mulheres**: um olhar sobre a política institucional. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.
39. MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; AQUINO, Jakson Alves de; MIOLA, Edna. Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, v. 20, n. 2, p. 178-203, 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-01912014202178>. Acesso em: 21 mar. 2023.
40. MCLOUGHLIN, Liam; WARD, Stephen; GIBSON, Rachel; SOUTHERN, Rosalynd. A tale of three tribes: UK MPs, Twitter and the EU Referendum campaign. **Information Polity**, cidade, v. 25, n. 1, p. 49-66, 2020. Disponível em: <https://content.iospress.com/articles/information-polity/ip190140>. Acesso em: 09 jul. 2021.
41. MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo. Mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

42. NUNEZ, Sarah. **Doze anos de multimídia: convergência e engajamento público no Portal Senado Notícias**. 2020. Dissertação (Mestrado em Poder Legislativo) – CEFOR/Câmara dos Deputados, 2020.
43. ORGAD, Shani. From online to offline and back: moving from online to offline relationships with research informants. *In: HINE, Christine (ed.). Virtual Methods. Issues in Social Research on the Internet*. Oxford: Berg, 2005. p. 51- 65.
44. PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.) **Política no Brasil. Visões de Antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NUAP, 2004.
45. PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (org.) **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.
46. PEIRANO, Marisa. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>. Acesso em: 05 out. 2018
47. PINK, Sarah; HORST, Heather; POSTILL, John; HJORTH, Larissa; LEWIS, Tania; TACCHI, Jo. **Digital ethnography: principles and practice**. Sage: London, 2015.
48. PINTO, Danilo César Souza. **Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado**. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
49. POSTILL, John; PINK, Sarah. Social media ethnography: the digital researcher in a messy web. **Media International Australia**, 2012.
50. RAI, Shirin; SPARY, Carole. **Performing representation: women members in the Indian Parliament**. Oxford University Press: Oxford, 2019.
51. ROSSETTO, Graça Penha Nascimento. Fazendo política no Twitter: como os efeitos estimados das mensagens influenciam as ações e os usos da plataforma. **Revista Compolítica**, v. 8, n. 1, p. 97-122, 2018.
52. SANDERS, Teela. Researching the online sex work community. *In: HINE, Christine (ed.) Virtual Methods. Issues in Social Research on the Internet*. Oxford: Berg, 2005. p. 67-79.
53. SARMENTO, Rayza; ELIAS, Maria Lígia; MARQUES, Gabrielle. Entre o 8 de março e o Dia das Mães: as pautas das deputadas “de direita” no Instagram. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 45., [s. l.], 19 a 27 de outubro de 2021. **Anais [...]**. p.1-32.
54. SAWARD, Michael. The Representative Claim. **Contemporary Political Theory**, Bristol, Baltimore, v. 5, n. 3, p. 297-318, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.cpt.9300234>. Acesso em: 12 maio 2015
55. SILVA, Edilson Márcio Almeida da; SILVA, Emanuel Freitas da. “O certo é saber que o certo é certo” ou “o inferno são os outros”: conflitos (d)e representações em um mundo dividido. **Revista Antropolítica**, Niterói, v. 54, n. 1, p. 12-36, jan./abr., 2022. Disponível

- em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/53887/31803#toc>. Acesso em: 31 jan. 2023.
56. TEIXEIRA, Carla Costa. Honra moderna e política em Max Weber. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 109-130, 1999.
  57. TEIXEIRA, Carla Costa. Decoro parlamentar: entre agressões morais e indisciplinas estratégicas. In: TEIXEIRA, Carla; CHAVES, Christine. **Espaços e tempos da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NUAP, 2004. p. 123-142.
  58. TEIXEIRA, Carla Costa; CRUVINEL, Lucas; FERNANDES, Renato. Notas etnográficas sobre mentiras, segredos e verdades no Congresso Brasileiro. Working Paper 457. **Série Antropologia**, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p. 1-36.
  59. THORSON, Kjerstin; MEDEIROS, Mel; COTTER, Kelley, CHEN, Yingying.; RODGERS, Kourtnie., BAE, Arram; BAYKALDI, Sevgi. Platform civics: Facebook in the local information infrastructure. **Digital Journalism**, Oslo, v. 8, n. 10, p. 1.231-1.257, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1842776> Acesso em: 21 jul. 2021.
  60. TÚÑEZ, Miguel; SIXTO, José. Social networks, politics and commitment 2.0: Spanish MPs on Facebook. **Revista Latina de Comunicación Social**, Tenerife, v. 66, p. 210-234, 2011. Disponível em: [10.4185/RLCS-66-2011-930-210-234-em](https://doi.org/10.4185/RLCS-66-2011-930-210-234-em). Acesso em: 3 jul. 2014.
  61. URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova – O futuro da representação**, São Paulo, v. 67, p. 191-228, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/4qsH3GhJPTTnmmMhJg8jkhB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2009.
  62. URBINATI, Nadia. Da democracia dos partidos ao plebiscito da audiente. **Lua Nova**, São Paulo, v. 89, 2013, p. 85-105. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452013000200004>. Acesso em: 14 ago. 2016
  63. VAN VLIET, Livia; TÖRNBERG, Petter., UITERMARK, Justus. The Twitter parliamentary database: analyzing Twitter politics across 26 countries. **PLoS ONE**, Barcelona, v. 15, n. 9, e0237073, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0237073>. Acesso em: 14 out. 2021.
  64. VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto (org.). **Individualismo e cultura**. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 121-132.
  65. VERGÈ, Tània. A chamber of one's own: institutional claim-making on gender equality and the symbolic role of parliaments. **Politics & Gender**, Cambridge, v. 18, n. 1 p. 99-125, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.1017/S1743923X20000252>. Acesso em: 04 nov. 2022
  66. WEATHERFORD, John. **Tribes on the hill**. The US Congress rituals and realities. Westport: Bergin and Garvey, 1981.

67. USHER, Nikki, HOLCOMB, Jesse; LITTMAN, Justin. Twitter makes it worse: political journalists, gendered echo chambers, and the amplification of gender bias. **The International Journal of Press/Politics**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 324-344, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1940161218781254>. Acesso em: 09 mai. 2020.
68. YARCHI, Moran; SAMUEL-AZRAN, Tal. Women politicians are more engaging: male versus female politicians' ability to generate users' engagement on social media during an election campaign. **Information, Communication & Society**, [s. l.], v. 21, n. 7, p. 978-995, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1439985>. Acesso em: 11 set. 2020.

*Cristiane Brum Bernardes*

Docente e Pesquisadora do Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados. Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5367-3047>. E-mail: [cris.brum@gmail.com](mailto:cris.brum@gmail.com)